

## Organização não-governamental e estado: análise da produção científica nacional acerca desta parceria

Andréia Lopes Cirino

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: lopescirinoandrea@gmail.com

Nathália Amaral Pereira

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: nathaliaapereira@ufv.br

### RESUMO

O presente artigo analisou como a relação entre Organização Não-Governamental (ONG) e Estado tem sido abordada pela produção científica nacional, em razão das ONGs terem se tornando uma importante organização para a sociedade civil brasileira. A fundamentação do trabalho reside no entendimento do que é a ONG e de como sua relação com o Estado emergiu. Adicionalmente, é apresentada a importância das redes de ONG. O estudo é uma investigação de natureza qualitativa e o instrumento de pesquisa aplicado foi à revisão sistemática, deste modo, ocorreu um levantamento bibliográfico, analítico e crítico da produção acadêmica brasileira. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos portais digitais dos periódicos: Scientific Electronic Library Online – Scielo - e Scientific Periodicals Electronic Library – SPELL, após a filtragem, 15 artigos foram selecionados. Os resultados da análise indicam a ocorrência de avanços nas ações desempenhadas pelas ONGs quando estas atuam em conjunto, com outras ONGs, Estado ou empresas.

**Palavras-chave:** Organização Não-Governamental; Estado; Rede.

### Non-governmental organization and state: analysis of national scientific production about this partnership

#### ABSTRACT

*This article analyzed how the relationship between Non-Governmental Organization (NGO) and State has been approached by national scientific production, due to the fact that NGOs have become an important organization for Brazilian civil society. The foundation of the work lies in the understanding of what the NGO is and how its relationship with the State emerged. Additionally, the importance of NGO networks is presented. The study is a qualitative investigation and the research instrument applied was the systematic review, thus, there was a bibliographic, analytical and critical survey of Brazilian academic production. For this, a bibliographic search was carried out on the digital portals of the journals: Scientific Electronic Library Online - Scielo - and Scientific Periodicals Electronic Library - SPELL, after filtering, 15 articles were selected. The results of the analysis indicate the occurrence of advances in the actions performed by the NGOs when they work together with other NGOs, the State or companies.*

**Keywords:** Non-Governmental Organization; State; Network.

## 1 INTRODUÇÃO

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são organizações privadas que possuem finalidade pública e de caráter não lucrativo (MARQUES et al, 2005). No Brasil, as ONGs passaram a ganhar visibilidade a partir da década de 70, em razão do estabelecimento de grupos religiosos que direcionaram suas ações para o acolhimento de crianças e adolescentes, o assistencialismo para classes subalternas e a conscientização sobre a necessidade da transformação social (MENDONÇA; MENEZES, 2017). Tal situação culminou no confronto entre sociedade civil organizada e o Estado, fazendo com que as ONGs assumissem um papel de crítico do Estado (CKAGNAZAROFF; SOUZA, 2003).

Contudo, mediante ao cenário de transformações que o País vivenciou na década de 80, bem como o aumento da participação social e da democratização, o Estado iniciou uma “parceria” com as ONGs, resultando em uma reforma no Estado, onde o mesmo passou a ter ações mais voltadas para a coordenação e o financiamento, do que na implementação propriamente (LANDIM, 2002).

Perante as diversas ações que as ONGs passaram a realizar no Brasil e levando em consideração a sua parceria com o Estado, as ONGs despertaram o interesse da academia brasileira durante a década de 90, impulsionada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) (TEIXEIRA, 2003). Deste modo, o presente estudo buscou compreender: Como a relação ONG e Estado tem sido abordada pela produção científica nacional?

Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura da produção científica acerca das ONGs e o Estado, bem como sobre as redes de ONG. Além de elaborar o estado da arte sobre o tema, buscaram-se verificar as lacunas existentes na literatura, identificar a abordagem temática adotada nos artigos, seus resultados e contribuições.

O presente trabalho visa contribuir com as discussões sobre a relação ONG e Estado, desde o início das publicações sobre o tema até dezembro de 2019, a fim de explanar os debates empreendidos na literatura científica existente. A análise é importante e oportuna para a identificação de questões ou lacunas que demandam

maior atenção da comunidade científica nacional, com o intuito de aperfeiçoar suas pesquisas e investigações futuras.

Adicionalmente, a essa parte introdutória, o estudo está dividido em outras cinco seções. A primeira seção compreende o referencial teórico que aborda sobre o surgimento da relação ONG e Estado. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados, as discussões e por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2 O SURGIMENTO DA RELAÇÃO ONG E ESTADO**

O termo ONG foi criado pela Organização das Nações Unidas na década de 40, com o intuito de denominar as “entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social na área de desenvolvimento da comunidade” (TEIXEIRA, 2003, p. 18). A princípio as ONGs eram entidades de origem dos países considerados desenvolvidos que atuavam nos países subdesenvolvidos.

No Brasil, as ONGs passaram a ganhar maior visibilidade a partir da década de 70, em razão do fortalecimento de grupos religiosos que direcionaram suas ações para o acolhimento de crianças e adolescentes, assistencialismo para classes subalternas e a conscientização sobre a necessidade da transformação social (MENDONÇA; MENEZES, 2017).

As ONGs eram impulsionadas pelas restrições que ocorriam devido ao Regime Militar (1964-1985) instaurado no País. De acordo com Landim (2002, p. 25), estas organizações “acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, em que o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada”. Neste cenário, as ONGs aparecem como críticas do Estado e, portanto, assumem responsabilidades do mesmo, em razão de entenderem que o mesmo não é eficiente e não garante os direitos da sociedade brasileira (CKAGNAZAROFF; SOUZA, 2003). Assim, tais organizações assumem um papel importante na construção da esquerda pós-64 (LANDIM, 2002).

Mediante, ao cenário vivenciado no País durante a década de 70, consolidaram-se redes de ONGs, constituídas por agentes em todo o território, ligando diversos grupos, que juntos constituem uma identidade. Estas redes

contavam com o apoio de entidades religiosas que estavam vinculadas a ações de filantropia e assistencialismo (LANDIM, 2002).

As redes horizontais brasileiras passam a contar com a cooperação de ONGs internacionais, que contribuem *a priori* com ensinamentos de atuação e doações. A ampliação da rede de cooperação entre ONGs favoreceu a criação e a dispersão dos seus discursos e debates, promovendo assim o fortalecimento das ONGs (LANDIM, 2002).

Com o fortalecimento supracitado, ocorreu o aumento no número deste tipo de organização no País. Iniciou-se uma relação de confronto entre sociedade civil organizada e Estado, que foi ampliada na década seguinte. Contudo, mediante as inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no final dos anos 80, que culminaram na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Estado passou a ter interesse em criar uma aliança com as ONGs, resultando em uma reforma no Estado (AMORIM et al, 2018; MENDONÇA; MENEZES, 2017; CKAGNAZAROFF; SOUZA, 2003; LANDIM, 2002).

Após a promulgação da CF/88, o Estado passou a ter ações direcionadas à coordenação e ao financiamento, deixando a implementação das políticas públicas para as ONGs. Além disso, houve a ampliação do espaço para a participação das ONGs também na formulação de políticas públicas (AMORIM et al, 2018; MENDONÇA; MENEZES, 2017; CKAGNAZAROFF; SOUZA, 2003; LANDIM, 2002).

Destaca-se que a criação de alianças entre as ONGs e o Estado, auxiliou na manutenção e permanência das mesmas. Para tanto, as ONGs passaram por reconfigurações que auxiliaram a criação de alianças entre outras ONGs, e entre o Estado, empresas privadas e instituições internacionais. Assim, emergiram redes complexas de alianças interorganizacionais entre o Estado, o Mercado e o Terceiro setor, sendo que este último atua na faixa difusa entre os dois primeiros (AMORIM et al, 2018).

Estas parcerias criadas pelas ONGs induzem a colaboração, culminando no surgimento de novas redes. As redes constituídas por ONG, Estado e/ou empresa, são baseadas no discurso e nas relações de confiança. De acordo com Costa e Vidal (2008), rede se mostra como a única estrutura de ação hábil para desempenhar duas funções fundamentais, sendo elas: “a função estratégica de reduzir incerteza com relação ao comportamento de outros atores (...) e a função

instrumental de melhoria da performance, isto é, o aumento de resultados produzidos” (COSTA; VIDAL, 2008, p. 21).

Mediante as mudanças que ocorreram na década de 70, 80 e início da década de 90, houve o fortalecimento das ONGs e o aumento da participação da sociedade organizada nas ações do Estado e em medidas capazes de melhorar a vida da população. De acordo com Azevedo (2010, p. 218) “a capacidade de mobilização, participação e conscientização política da sociedade civil, configurada numa importante referência ao aprimoramento e reafirmação do Estado Democrático de Direito”. Deste modo, entende-se que o surgimento das ONGs e sua atuação junto ao Estado representam um empoderamento da sociedade civil e o fortalecimento da democracia no País.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em consonância com o objetivo estabelecido foi realizada uma revisão sistemática. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos portais digitais dos periódicos: *Scientific Electronic Library Online* – Scielo - e *Scientific Periodicals Electronic Library* – SPELL. Adicionalmente, foram aplicadas táticas científicas a fim de limitar o viés de seleção de artigos, sintetizar os estudos relevantes e avaliá-los criticamente, com o intuito de coletar e analisar seus dados (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004).

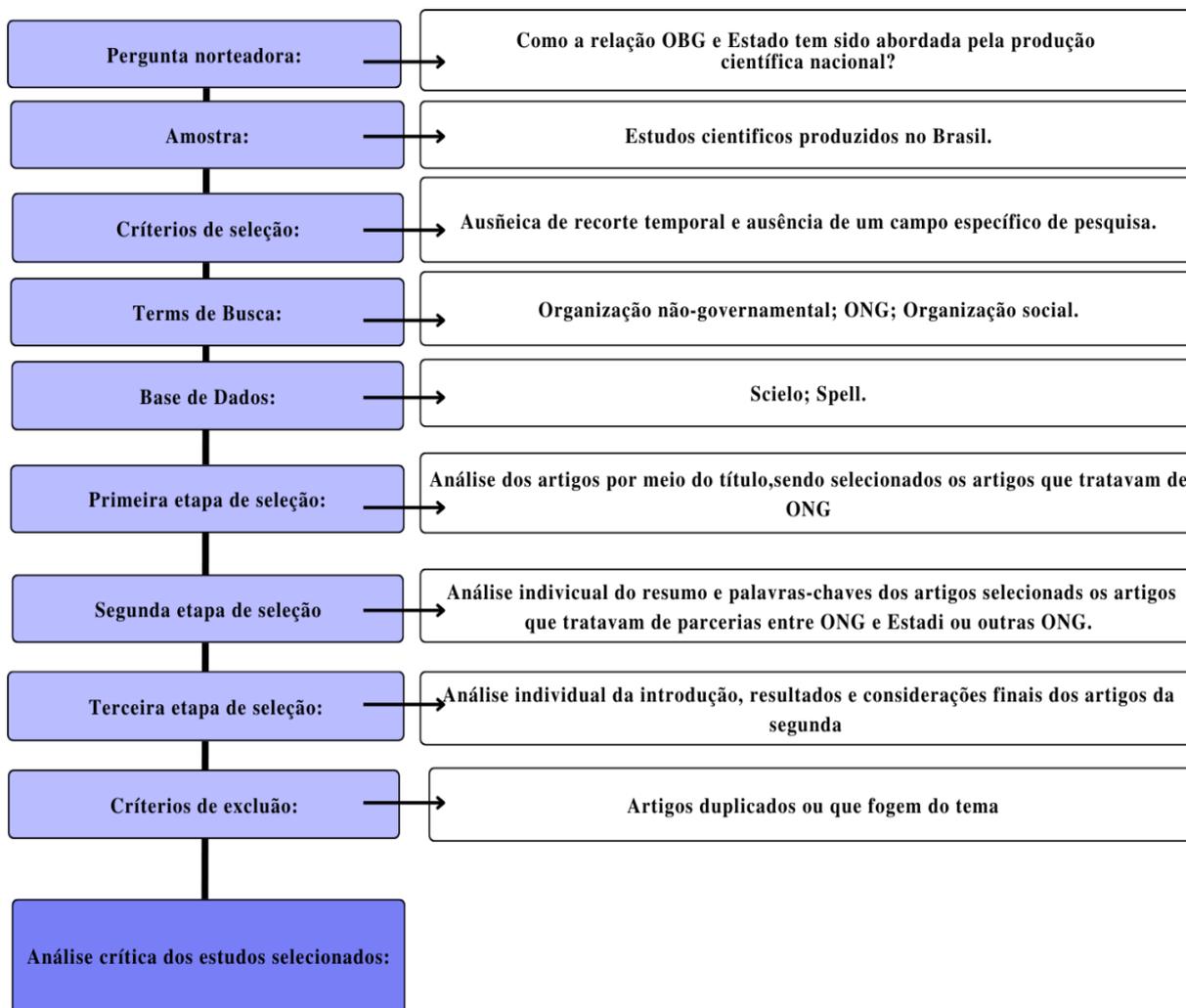
A seleção realizada focou na produção científica acumulada sobre ONGs e Estado, e rede de ONGs, a fim de conhecer os estudos já realizados, para posteriormente, realizar novos estudos baseados nas lacunas identificadas (FERREIRA, 2002). Para a identificação dos estudos não foi realizado um recorte temporal ou selecionado um campo específico de pesquisa, como por exemplo, título, resumo ou palavra-chave. Os termos de busca utilizados foram: Organização não-governamental, ONG e Organização social. A pesquisa foi realizada entre os dias 7 e 13 de janeiro de 2020. A busca realizada resultou em 1.299 artigos na SPELL e 378 na Scielo.

Posteriormente, ocorreu a seleção, que foi realizada por meio da análise individual dos artigos efetuada em três etapas. Primeiro por meio do título, depois pela leitura do resumo e palavras-chave e em terceiro, caso as duas leituras anteriores não fossem elucidativas, através de uma rápida leitura da introdução,

resultados e considerações finais. Assim, os artigos duplicados nos dois portais de pesquisa consultados ou artigos de áreas de estudo divergentes foram excluídos. Finalizada a filtragem, obteve-se 15 artigos. Os registros selecionados foram catalogados com o auxílio da ferramenta *Microsoft Office Excel®*.

A Figura 1 apresenta uma síntese da revisão de literatura revisada.

**Figura 1-** Revisão sistemática



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os artigos encontrados foram analisados em convergência com os objetivos deste trabalho. Em relação ao enfoque dado às ONGs pelos artigos selecionados, foram criadas duas categorias, sendo elas: Relação ONG e Estado e Rede de ONG. Neste sentido as análises e discussões a respeito dos resultados encontrados serão agrupadas tendo como elemento norteador as duas temáticas citadas.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

No Quadro 1, encontra-se a síntese dos artigos publicados sobre o tema, ordenados pelo ano de publicação.

**Quadro 1-** Caracterização dos artigos publicados sobre o tema.

Nº	Título	Autores	Categoria
1	As ONG's e as políticas públicas na construção do estado democrático	Bava (1994)	Relação ONG e Estado
2	Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.	Farah (2001)	Relação ONG e Estado
3	Relação entre ONG e o Estado-um estudo de parceria	Ckagnazaroff & Souza (2003)	Relação ONG e Estado
4	Redes em organizações não-governamentais: estudo de caso do comitê para democratização da informática	Ventura & Darbilly (2004)	Rede de ONG
5	O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG'S ambientalistas Na Baía de Guanabara (1990-2001).	Mattos & Drummond (2005)	Relação ONG e Estado
6	Democracia, participação e gestão social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma organização não governamental	Fleig et al. (2006)	Rede de ONG
7	Tecnologia Social de Inclusão de Jovens pelo Trabalho: Uma análise da experiência de um Consórcio de ONGs no desenvolvimento de Ação Intersetorial com Empresas e Governo	Costa & Vidal (2008)	Rede de ONG
8	Desafios e dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: uma análise da realidade brasileira	Mendonça (2009)	Rede de ONG
9	Redes Organizacionais: Perspectiva Para Sustentabilidade de Uma ONG	Godói-de-Sousa & Valadão Jr (2010)	Rede de ONG
10	OS e Oscip: uma análise da abrangência dos serviços públicos e do perfil das entidades parceiras em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo	Alcoforado et al. (2011)	Relação ONG e Estado
11	Sustentabilidade Organizacional e as ONGS: Contribuições da Teoria da Dependência de Recursos	Mendonça & Araújo (2011)	Rede de ONG
12	Estado e terceiro setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da comunidade ribeirinha Anã no município de Santarém-PA	Barreto & Tavares (2016)	Relação ONG e Estado

13	Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas	Da Costa & Da Costa (2016)	Relação ONG e Estado
14	Organizações não-governamentais como dispositivos de poder: do bem-estar ao controle social	Mendonça & Menezes (2017)	Rede de ONG
15	A regra do Jogo: relação entre estado e terceiro setor	Amorim et al. (2018)	Relação ONG e Estado

Fonte: Dados da pesquisa.

Mediante a pertinência de compreender como os estudos têm abordado a relação das ONGs tanto com o Estado quanto com demais ONGs, as análises foram desenvolvidas em três tópicos expostos a seguir. O primeiro ponto aborda a relação entre ONG e Estado, seguida da relação ONG e ONG e, posteriormente, há uma análise crítica do contexto analisado.

#### 4.1 Relação ONG e Estado

A relação ONG e Estado, assim como o exposto na literatura anteriormente, começou a ganhar evidência a partir da promulgação da CF/88. Nesta seara, nota-se que o artigo de número 1 foi escrito no início da década de 90. O estudo e a análise realizada por Bava (1994), aponta que está emergindo um novo cenário político, no qual as ONGs possuem poderes próprios que são utilizados para a criação de uma sociedade democrática. Conseqüentemente, o autor aponta que no futuro as ONGs serão convidadas a participar da implementação de políticas públicas, emergindo assim, uma nova realidade que será baseada em parcerias entre Estado e ONGs.

De modo complementar o artigo 2, publicado sete anos após o primeiro artigo, buscou analisar a nível local, como o governo vem promovendo uma série de mudanças no processo de formulação e implementação de políticas públicas e na gestão pública no País. O estudo se baseia em iniciativas de governos locais desenvolvidas nas décadas de 80 e 90, constante do banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania, desenvolvido pela FGV-SP e pela Fundação Ford, com apoio do BNDES. Farah (2001) conclui que inclusão de novos atores na formulação, implementação e controle das políticas sociais no nível local assinala uma inflexão importante com relação ao padrão de ação do Estado no campo social no país

Para a construção do artigo 3, Ckagnazaroff e Souza (2003) se baseia se no caso de uma ONG denominada Redenção com atuação no Nordeste e em Minas Gerais e que tem feito parcerias com o Estado, a fim de responder a questão: Como tem-se dado as relações entre a ONG “Redenção” e o Estado? Mediante aos resultados obtidos, o estudo conclui que antes de estabelecer uma parceria com o Estado, a ONG deve fazer uma análise adequada do espaço de ação que ela poderá ter no processo, quais são os objetivos a serem perseguidos e o porquê, o que poderá ser apreendido da parceria e que recursos poderão ser compartilhados.

No artigo 5, o foco de estudo se concentrou nas ONGs ambientalistas que atuam na baía de Guanabara. Como conclusão, tem-se que as ONGs ao atuarem conjuntamente com o Estado, tornam-se são um eficiente instrumento de planejamento e execução de políticas públicas na área ambiental. Tal fato ocorre, porque elas promovem o trabalho voluntário, capaz de despertar o sentimento de cidadania. Ademais, por meio das ONGs ocorre a conscientização da população acerca da preservação dos ecossistemas.

O artigo 10 possui como objetivo analisar os modelos de parcerias entre Estado e Terceiro Setor nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, com vistas a estabelecer os principais pontos norteadores de cada um dos modelos e compará-los. Alcoforado et al. (2011), expõem que os títulos de Organizações Sociais (OS) e de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) estão legalmente previstos no Brasil há cerca de 10 anos. Desde então, muitas interpretações e visões sobre a aplicação e a finalidade dos títulos permeiam as esferas da Administração Pública. Os autores concluem que os três modelos de parceria entre Estado e terceiro setor analisados refletem uma maturação dos modelos iniciais concebidos na esfera Federal. Isso se dá embora o modelo OSCIP da esfera Federal já apresenta, desde o seu início, maior flexibilidade de aplicação às diversas áreas de serviços públicos não-exclusivos de Estado, e sinalização de incentivos para as entidades da sociedade civil que tenham vida própria, não sendo dependentes exclusivamente do Estado. Já o modelo OS federal tem algumas características que dificultam a sua adoção em muitas áreas e que não incentivam a adesão da sociedade civil organizada ao modelo de parceria

Já o estudo de número 12, teve como intuito analisar o papel do Estado e do Terceiro Setor na produção do espaço para o Turismo de Base Comunitária – TBC,

na Amazônia paraense, particularmente na comunidade ribeirinha de Anã, localizada no município de Santarém. O estudo apontou que o Estado em relação ao TBC, está praticamente ausente, não sendo possível identificar nenhuma ação voltada para o desenvolvimento do TBC, já a ONG PSA, possui o papel fundamental, atuando hegemonicamente no desenvolvimento do TBC no território da comunidade.

No artigo 13, buscou-se discutir pressupostos teórico-metodológicos para o desenvolvimento da nova história da Administração Pública. Os autores concluem que é necessário mostrar e identificar as mudanças que vêm ocorrendo no Estado, que se tem deixado menos enrijecido, a fim de se fazer outra história da administração pública, que considere a articulação com a sociedade que a envolve e com ela interage, que a conceba como relação e representação.

O estudo de número 15 teve como objetivo analisar as relações interorganizacionais entre Estado e ONG a partir da ótica das dirigentes das instituições Cunhã Coletivo Feminista e Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), e o Governo do Estado da Paraíba, tendo como perspectiva teóricas os estudos de Nalebuff e Brandenburger (1996) e como marco cronológico a criação da Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba. Os autores afirmam que na relação entre ONG e Estado deve-se considerar dois fatos: o primeiro é de que o governo tem o poder de criar várias regras do jogo por meio de leis, decretos e regulamentos; e o segundo fato, trata-se do fato das ONGs possuírem o poder de mobilização das causas e demandas sociais, que são ou deveriam ser impulsionadoras de ações governamentais. Deste modo, é notável a complexidade existente no universo desta relação, que em alguns casos é marcada pela confrontação de lógicas assimétricas. Para os autores, as alianças intersetoriais proporcionam o fortalecimento entre as ONGs e o Estado, devido ao relacionamento em rede. Contudo, eles reforçam que e os elementos de competição devem ser preservados, dada as características, deste modo, é necessário aliar cooperação e competição, emergindo assim um modelo baseado na “coopetição”, tornando possível propor políticas públicas baseadas no princípio do “ganha-ganha” entre Estado, terceiro setor, e, conseqüentemente, a sociedade.

## 4.2 Rede de ONG

Além das próprias parcerias entre Estado e ONG nota-se que pode ocorrer uma relação de cooperação e colaboração entre as próprias ONGs. Diante deste contexto, nota-se aspectos práticos destas relações, como por exemplo, o artigo de número 4, com o objetivo de verificar como a ONG Democratização da Informática (CDI) criou e consolidou sua Rede, a fim de cumprir sua missão, analisando as características da estrutura organizacional. Conclui-se que a Rede CDI é um empreendimento complexo que decorre de uma prática de cooperação construída como uma saída para intervir na realidade social, especificamente no que tange à exclusão digital. A Rede se constituiu a partir de um ideal, contudo, sua criação não foi imediata, mas em decorrência de interações incrementais. Deste modo, foi construído um estilo de gestão próprio, que foi sendo adaptado mediante as necessidades geradas.

O artigo 6, buscou compreender os desafios da construção dos programas de ação temática de uma ONG (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM), sob a perspectiva dos movimentos sociais direcionados para a legitimação das demandas sociais dos agricultores norte-mineiros perante o Estado, as agências financiadoras, o mercado e a sociedade. Os autores concluíram, que a construção e a consolidação de fóruns e redes são uma possibilidade de amenizar a frágil e incipiente comunicação, que prejudica sobremaneira a construção de significados compartilhados de desenvolvimento. Deste modo, existe a necessidade de se criar articulações regionais e nacionais por parte da ONG.

O trabalho de número 7 trata-se um estudo teórico-empírico, cujo objeto de análise refere-se às dinamicidades e especificidades da parceria intersetorial entre um consórcio de ONGs, governo e empresas na execução de uma política pública social voltada para a inserção laboral de jovens em situação de pobreza. O estudo buscou descrever a experiência gerencial em rede de uma agência de trabalho juvenil capitaneada por um consórcio de ONGs que, por intermédio de ações intersetoriais com governos e empresas, possibilitou a inserção no mercado de trabalho de 700 jovens em situação de pobreza no Estado do Ceará. Costa e Vidal (2008), concluem que a experiência de uma tecnologia social de inclusão de jovens no mercado de trabalho por meio de articulações intersetoriais, e que experiências de promoção humana capitaneadas pelas ONGs colaboram para a efetividade de

políticas públicas, evidenciando que a colaboração intersetorial Estado-ONGs-empresas é o caminho para o desenvolvimento social.

No artigo 8 é trabalhado o histórico de relacionamento de organizações da cooperação internacional e suas parceiras locais brasileiras. O impulso deste trabalho ocorre mediante a percepção da gradual retirada de recursos e apoio das entidades de cooperação internacional no país e uma maior concentração de ações no continente africano e asiático e no leste Europeu. Assim, os autores apontam que é necessário repensar as relações, políticas e práticas, e que não deve limitar-se apenas à questão dos recursos financeiros, mas caminhar para a sua superação criativa, não deixando que os avanços alcançados pelas ONGs nas últimas décadas, quer seja na provisão de políticas sociais, quer seja na luta por direitos e na mobilização do ativismo civil, perca de vista o potencial modernizador das relações sociais presente em tais organizações.

O artigo 9, possui como objeto de estudo ONGs prestadoras de serviços assistenciais, em razão das mesmas serem o conjunto mais vulnerável mediante as oscilações das fontes de financiamento e que dificilmente geram receitas próprias, devido o caráter eminentemente assistencial, a análise foi realizada no LAR de Amparo e Promoção Humana. O objetivo geral do estudo foi investigar o processo de articulação de redes intersetoriais e interorganizacionais como condição de sustentabilidade para uma organização não-governamental. Como conclusão, tem-se que o desenvolvimento das redes organizacionais vem desempenhando um papel de destaque para a sustentabilidade das ações do LAR. Já a relação com o Estado tem sido regida por uma lógica própria, por regulamentações específicas que possuem como finalidade última o bom desempenho organizacional do LAR. Por sua vez, a relação com a iniciativa privada, é movida pelos objetivos mercadológicos das empresas. Deste modo, é pressuposto que a formação de redes organizacionais no terceiro setor pode se basear em contingências múltiplas.

O estudo de número 11 buscou refletir sobre as formas pelas quais as ONGs estão susceptíveis ao ambiente externo a partir da perspectiva da Teoria da Dependência de Recursos, destacando a necessidade das organizações continuamente se adaptarem as incertezas deste ambiente a fim de lidarem com os desafios de manter e ativamente gerir o fluxo de recursos que necessitam para sobreviver. Para tanto, foi realizada uma análise em duas ONGs. Os autores

Mendonça e Araújo (2011), concluem que as duas ONGs utilizaram estratégias similares para lidar com a dependência.

No artigo 14, os autores problematizam o universo das ONGs voltadas para crianças e adolescentes, a fim de identificar estratégias de biopoder e tecnologias de controle social, que são justificadas segundo os autores pelo bom governo e bem-estar da população a partir da “boa condução de condutas”. Para tanto, De Sousa Mendonça e De Araújo Menezes (2017) realizaram revisões bibliográficas e analisaram vivências profissionais de uma das autoras no contexto de ONGs. A partir do estudo, é evidenciado que as ONGs se constituem como parte de um enredamento, composto por elementos, pessoas, instituições e discussões diferentes que controlam, asseguram gestos, condutas e discursos. Deste modo, as ONGs, configuram-se como um dispositivo que faz uso de distintas tecnologias para estabelecer relações de poder. Ademais, nota-se que as ONGs promovem movimentos socializadores e ressocializadores, e fazem uso de tecnologias de proteção, de formação ampliada e preparo para a vida pública, bem como instrumentalizam tecnologias disciplinares, de controle e de vigilância.

#### **4.3 A parceria estabelecida por ONGs com Estado e ONG**

Conforme o exposto no estudo de Bava (1994), a ampliação da esfera pública e, conseqüentemente, a inserção de novos atores na implementação de políticas públicas alterou a dinâmica da administração pública no Brasil, visto que o Estado se tornou menos enrijecido. Isto porque, houve o surgimento de ações de atores privados em cenários onde a atuação era apenas governamental, proporcionando avanços em ações voltadas para a garantia de direitos e combate a violações e problemas públicos, conforme o identificado por Farah (2001).

Segundo Farah (2001), a emergência de novos atores no âmbito das políticas públicas tem-se mostrado importante para a ação estatal no País. De modo complementar, Costa e Vidal (2008), afirmam que a criação de redes de colaboração intersetorial entre Estado, ONGs e empresas é a chave para o desenvolvimento social. Contudo, ressalta-se que a reforma na esfera pública que incluiu os novos atores não ocorreu unicamente no território brasileiro, conforme afirmado por diversos estudos (GONSALVES; ANDION, 2019, KLIJN, 2016; KLIJN; KOPPENJAN, 2012, OSBORNE, 2006).

A parceria institucionalizada entre Terceiro Setor e Estado, se dá basicamente por meio de articulações estabelecidas por relações institucionais, baseadas na descentralização do poder estatal e na autonomia das ONGs (ALCOFORADO et al., 2011). Parceria esta que tem produzido efeitos tanto nas políticas públicas, como também nas dimensões da esfera pública e da esfera privada, corroborando com o estudo de Lara e Cordeiro (2019).

Mas nota-se que existem pontos que devem ser esclarecidos antes de iniciar-se uma parceria com o Estado, segundo Ckagnazaroff e Souza (2003) deve-se identificar quais são os objetivos a serem perseguidos e o porquê, além de ser necessário o esclarecimento de quais recursos poderão ser compartilhados. Segundo um estudo internacional, realizado por Borzel e Panke (2008), o Estado consegue disponibilizar para esta parceria recursos, enquanto as ONGs podem disponibilizar ao Estado informações e pessoas.

Já em um estudo nacional, Amorim e outros (2018), evidencia que o Estado tem o poder de criar várias regras através de leis, decretos e regulamentos, e por sua vez as ONGs têm a autonomia para mobilizar a sociedade em prol de causas e demandas sociais, corroborando com Mattos e Drummond (2005), que afirmaram em seu estudo que o centro do poder das ONGs está em conseguir despertar nos indivíduos o sentimento de cidadãos.

Assim, nota-se que o estabelecimento deste tipo de parceria é importante para a democratização do País, principalmente em atos transversais que visam solucionar problemas públicos complexos que assolam a sociedade.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mapeamento realizado a fim de investigar como a relação ONG e Estado tem sido analisada pela literatura permitiu verificar a produção científica acerca da relação ONG e Estado, bem como a rede de ONG.

A grande maioria dos trabalhos encontrados focaram em análises individuais da ONG e do Estado em um município, independente da possível influência da sua localização em termos qualitativos, físicos e financeiros. Deste modo, percebe-se que as análises do nível de ação das ONGs conjuntamente como o Estado por região brasileira são escassas, ou seja, há lacunas quanto à realização dessas análises expandidas.

Os resultados permitem concluir que em geral dois temas norteiam os estudos: Relação ONG e Estado e Rede de ONG. Assim, é identificado nos estudos analisados que uma ONG possui sua ação melhor desempenhada se atuar em conjunto, com outras ONGs, Estado ou empresas. Além disso, nota-se que sua ação tem sido diversificada e dispersa pelo País, concretizado a ideia que foi exposta por Bava (1994).

No que tange a parceria ONG e Estado é notável que as políticas públicas tenham avançado devido ao empenho das ONGs, evidenciando que em alguns aspectos o Estado ainda se apresenta como ineficiente. Contudo, nota-se que houve um avanço em relação ONG e Estado, tanto na questão dos financiamentos quanto na formulação e implementação das ações, tornando perceptível que esta parceria é favorável para a democracia do País.

## REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, C. G. et al. OS e Oscip: uma análise da abrangência dos serviços públicos e do perfil das entidades parceiras em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. **Revista adm. made**, v. 14, n. 3, p. 47-65, 2011.
- AMORIM, A. F. A. et al. A regra do jogo: relação entre estado e terceiro setor. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 9, n. 1, p. 236-264, 2018.
- AZEVEDO, D. A. de. Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. **Rev. Multidisciplinar UNIESP**, n. 9, p. 214-223, 2010.
- BARRETO, E. de O.; TAVARES, M. G. da C. Estado e terceiro setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da comunidade ribeirinha Anã no município de Santarém-PA. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 211-231, 2016.
- BAVA, S. C. As ONG 'se as políticas públicas na construção do estado democrático. **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 3, p. 97-100, 1994.
- CKAGNAZAROFF, I. B. et al. Relação entre ONG e o Estado-um estudo de parceria. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 2, n. 1, 2003.
- COSTA, S. P. B.; VIDAL, F. A. B. Tecnologia Social de Inclusão de Jovens pelo Trabalho: Uma análise da experiência de um Consórcio de ONGs no desenvolvimento de Ação Intersetorial com Empresas e Governo. **Gestão & Regionalidade**, v. 24, n. 71, p. 19-30, 2008.
- DA COSTA, F. L.; DA COSTA, E. M. L. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 50, n. 2, p. 215-236, 2016.

DE SOUSA, E. M.; MENEZES, J. De A. Organizações não-governamentais como dispositivos de poder: do bem-estar ao controle social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 3, p. 272-279, 2017.

DÍAS, L. Las ONG en la implementación del convenio de biodiversidad en la Zona Andina: el caso de la decisión Andina 391. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 23-52, 2009.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de administração pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, N. S. A. Pesquisa em leitura: Um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995. **Tese de doutorado**, Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1999.

FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. F. de S.; BRITO, M. J. de. Democracia, participação e gestão social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma organização não governamental. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 38, p. 119-138, 2006.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVISAN, M. A. Revisão Sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004.

GODÓI-DE-SOUSA, E.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. Redes Organizacionais: Perspectiva Para Sustentabilidade de Uma ONG. **Revista de Administração**, v. 8, n. 1, p. 84-104, 2010.

GOMES, G. et al. Gênero e Estilo de Gestão: Um Estudo em Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, 2011.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. **ONGs e Universidades—Desafios para Cooperação na América Latina, São Paulo: Associação Brasileira de ONGs (ABONG)**, p. 17-50, 2002.

MARQUES, Daniel S. P.; MERLO, E. M.; NAGANO, M. S. A questão da avaliação da legitimidade de ONGs. **Revista de Gestão**, v. 12, n. 2, p. 67-84, 2005.

MATTOS, S. M. da S. N.; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG'S ambientalistas Na Baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 177-192, 2005.

MENDONÇA, P. M. E. et al. **Desafios e dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: uma análise da realidade brasileira**. 2009.

MENDONCA, P. M.; ARAUJO, E. T. Sustentabilidade Organizacional e as ONGS: Contribuições da Teoria da Dependência de Recursos. **Gestão & Planejamento-G & P**, v. 12, n. 1, 2011.

PIEMONTESE, S.; BELUSCHI-FABENI, G. Entre organização social e políticas públicas: Padrões residenciais de famílias ciganas romenas em Granada. **Sociologia**, na. TEMÁTICO 4, p. 153-173, 2014.

RICCI, J. L. Vacíos e desencontros: políticas sociais, estado e ONG. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 9, n. 37, 2004.

SOUSA, E. G. de; VALADÃO JÚNIOR, V. M. As Formas, a Natureza e os Tipos de Articulações da Aliança entre ONG e o Governo-um estudo de Caso. **INTERFACE-Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 2, 2012.

TEIXEIRA, A. C. C. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. Annablume, 2003.  
VENTURA, E. C. F.; DARBILLY, L. V. C. Redes em organizações não-governamentais: estudo de caso do comitê para democratização da informática. **Revista de Ciências da Administração**, v. 6, n. 12, p. 89-107, 2004.